

Argo V Transmissão de Energia S.A.

**Informações financeiras intermediárias referentes
ao período findo em 30 de setembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias	3
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Argo V Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de novembro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.033	4.223	Fornecedores	11	9.664	1.446
Títulos e valores mobiliários	5.1	12.489	40.526	Encargos sociais e trabalhistas	12	283	216
Contas a receber de clientes	6	13.915	10.717	Obrigações tributárias	13	2.062	2.476
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	2.515	1.957	Obrigações regulatórias	14	955	788
Outros tributos a compensar	8	3.720	169	Dividendos a pagar		-	443
Despesas pagas antecipadamente	10	320	200	Contas a pagar - partes relacionadas	19	257	612
Ativo da concessão	9	121.000	99.572	Empréstimos e Financiamentos	15	28.963	23.952
Outros Ativos		1.708	2.777	Debêntures	16	11.972	11.995
Total do ativo circulante		159.700	160.141	PIS e Cofins diferidos	17	9.523	9.210
NÃO CIRCULANTE				Outros passivos		5.195	3.985
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	22.874	25.405	Total do passivo circulante		68.874	55.123
Ativo da concessão	9	905.845	829.143	NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos		8.146	2.438	Empréstimos e Financiamentos	15	309.945	296.577
Imobilizado		29	12	Debêntures	16	62.026	71.371
Total do ativo não circulante		936.894	856.998	Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	116.533	94.706
				PIS e COFINS diferidos	17	85.461	76.696
				Total do passivo não circulante		573.965	539.350
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	20	251.285	251.285
				Reserva de lucros		150.343	160.741
				Dividendos adicionais propostos		-	10.640
				Lucros acumulados		52.127	-
				Total do patrimônio líquido		453.755	422.666
TOTAL DO ATIVO		1.096.594	1.017.139	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.096.594	1.017.139

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024	01/07/2023 A 30/09/2023	01/01/2023 A 30/09/2023
Receita de operação e manutenção, infraestrutura, suprimento de energia e outras, líquidas		34.263	84.462	9.186	36.428
Remuneração financeiro do ativo de concessão		28.152	92.450	24.875	87.237
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		(5.454)	(17.136)	(3.726)	(12.721)
RECEITA LÍQUIDA	21	56.961	159.776	30.332	110.944
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	22	(10.019)	(48.567)	(5.373)	(22.905)
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	22	(2.668)	(7.907)	(3.387)	(7.129)
LUCRO BRUTO		44.274	103.302	21.572	80.910
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	22	(579)	(2.388)	(667)	(2.103)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		43.695	100.914	20.905	78.807
Receitas financeiras	23	1.610	3.912	1.108	3.182
Despesas financeiras	23	(9.938)	(29.943)	(7.694)	(28.412)
RESULTADO FINANCEIRO	23	(8.328)	(26.031)	(6.586)	(25.230)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		35.367	74.883	14.319	53.577
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	24	(14)	(929)	(365)	(651)
Diferido	24	(11.634)	(21.827)	(3.056)	(15.000)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		23.719	52.127	10.898	37.926
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	25	0,0944	0,2074	0,0434	0,1509

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	<u>01/07/2024 A</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/07/2024 A</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/07/2023 A</u> <u>30/09/2023</u>	<u>01/07/2023 A</u> <u>30/09/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	23.719	52.127	10.898	37.926
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>23.719</u>	<u>52.127</u>	<u>10.898</u>	<u>37.926</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	Legal	Incentivos fiscais	de lucros a realizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		251.285	9.688	7.951	105.141	-	-	374.065
Lucro líquido do período	24	-	-	-	-	-	37.926	37.926
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023		251.285	9.688	7.951	105.141	-	37.926	411.991
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		251.285	12.140	10.209	138.392	10.640	-	422.666
Lucro líquido do período	24	-	-	-	-	-	52.127	52.127
Dividendos adicionais aprovados	20	-	-	-	-	(10.640)	-	(10.640)
Dividendos intermediários aprovados		-	-	-	(10.398)	-	-	(10.398)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024		251.285	12.140	10.209	127.994	-	52.127	453.755

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	01/01/2024 A 30/09/2024	01/01/2023 A 30/09/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		52.127	37.926
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	21.827	15.000
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	929	651
Provisão para PIS e Cofins diferidos	17	9.078	4.722
Remuneração do ativo de concessão	9	(92.450)	(87.237)
Receita de operação e manutenção	9	(8.413)	(8.095)
Receita de construção	9	(56.682)	(27.954)
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	23	(3.609)	(3.334)
Depreciação e amortização		2	-
Juros e variação monetária sobre empréstimos	15	22.052	17.918
Juros e variação monetária sobre debêntures	16	6.736	7.517
Amortização dos custos de transação	15 e 16	94	-
Caixa aplicado nas operações		(48.309)	(42.886)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(3.198)	(955)
Ativo da concessão	9	59.415	72.231
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	(558)	(709)
Outros tributos a compensar	8	(3.551)	(50)
Despesas pagas antecipadamente	10	(120)	88
Outros Ativos		(4.639)	(1.039)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	11	8.218	2.547
Encargos sociais e trabalhistas	12	67	157
Obrigações tributárias	13	(414)	1.282
Obrigações regulatórias	14	167	244
Contas a pagar - partes relacionadas	19	(355)	(45)
Outros passivos		1.210	(8)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(929)	(685)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		7.004	30.172
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível		(19)	(10)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5.1	(69.976)	(38.789)
Resgates em títulos e valores mobiliários	5.1	99.702	43.322
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		29.707	4.523
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	15	31.771	-
Pagamento de principal de empréstimos	15	(17.044)	(14.437)
Pagamento de principal de debêntures	16	(7.596)	(8.423)
Pagamento de juros de empréstimos	15	(18.494)	(15.660)
Pagamento de juros de debêntures	16	(8.508)	(5.763)
Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	(16.193)	-
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	20.644	5.133
Dividendos pagos		(21.481)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(36.901)	(39.150)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(190)	(4.455)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	4.033	3.740
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	4.223	8.195
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(190)	(4.455)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
 PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>01/01/2024 A</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/01/2023 A</u> <u>30/09/2023</u>
RECEITAS		
Receitas relativas à operação de ativos próprios	8.413	8.095
Receitas relativas à construção de ativos próprios	56.682	27.954
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	92.450	87.237
Outras receitas e Parcela variável (PV)	18.866	(9)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(6.571)	(5.602)
Custo de Operação e manutenção	(454)	(964)
Custo de construção	(48.567)	(22.905)
Outros	(626)	(2.962)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>120.193</u>	<u>90.844</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(2)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>120.191</u>	<u>90.844</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	4.080	3.334
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>124.271</u>	<u>94.178</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>124.271</u>	<u>94.178</u>
Pessoal	<u>3.136</u>	<u>2.646</u>
Remuneração direta	2.203	2.161
Benefícios	403	339
Encargos sociais	530	146
Impostos, taxas e contribuições	<u>40.220</u>	<u>28.170</u>
Tributos federais	40.220	28.170
Remuneração de capitais de terceiros	<u>28.788</u>	<u>25.436</u>
Juros	28.788	25.436
Remuneração de capitais próprios	<u>52.127</u>	<u>37.926</u>
Lucro líquido do período	52.127	37.926

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Argo V” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de maio de 2014 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2021, a Argo V solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro na categoria B, sendo a pedido aprovado em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento, para a aquisição de 100% das ações da Odoya Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo V.

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assumiu o controle da Companhia e alterou a sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A detém 100% do capital social da Companhia.

Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro de 2014, foi outorgada à Argo V a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- Subestação 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- Subestação 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV);
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- Subestação 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res) x 300MVA e Compensador Estático (-100/+200) Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Morro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar.

Em 25 de julho de 2019, conforme Carta ONS - 0502 - DTA - 2019 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Transmissora Odoya.

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 63.359 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 86.267 (valor para o ciclo 2024-2025) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo V.

A Companhia assinou o CCT nº 001/2017 que trata da instalação de um módulo de entrada de linha 69KV na SE Juazeiro, com investimento previsto de R\$ 10,3 milhões e RAP de R\$ 567.

Em 21 de fevereiro de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de Entrada de Linha de 69kV na subestação de Juazeiro III, cuja entrada em operação comercial definida foi em 17 de fevereiro de 2024.

Reforços aprovados através das seguintes Resoluções Autorizativas ANEEL:

- REA nº 12.948/2023 de 31 de maio de 2023.

Instalação de um banco de Reatores de barra 500KV e suas respectivas conexões na SE Juazeiro III, com investimento previsto de R\$ 27,8 milhões e RAP de R\$ 3,4 milhões.

Em 09 de abril de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de instalação um banco de reatores de barra monofásico RT2 500 kV – 150 Mvar, adequação da conexão do 2º banco de reatores de barra monofásicos (3x50 Mvar), instalação de um módulo de conexão com disjuntores, em 500 kV, para o reator de barra RT2 500kV – 150 Mvar na subestação de Juazeiro III, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 02 de abril de 2024. Na mesma data, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo para a operação do projeto de reforço de instalação um módulo de infraestrutura associado ao 2º banco de reatores monofásicos 500 kV na subestação de Juazeiro III e interligação de barramentos IB6, em 500 kV, arranjo disjuntor e meio, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 02 de abril de 2024.

- REA nº 11.799/2022 de 4 de maio de 2022.

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Morro do Chapéu II, com investimento previsto de R\$ 77,1 milhões e RAP de R\$ 9,4 milhões.

Em 21 de junho de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo para a operação do projeto de reforço do módulo de infraestrutura em 230kV na subestação de Morro do Chapéu II, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 19 de junho de 2024. Na mesma data, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo para o projeto de reforço de instalação dos módulos de conexão e adequação do módulo de conexão do autotransformador TR3 na subestação Morro do Chapéu II, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 19 de junho de 2024.

2 Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela administração em 14 de novembro de 2024.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 24).

Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações financeiras intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, publicadas em 31 de janeiro de 2024, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência em 01 de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 / IAS 1);
- Passivo de locação em uma operação de *Sale and Leaseback* (alterações ao CPC 6 / IFRS 6);
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (alterações ao CPC 3 / IAS 7 e CPC 40 / IFRS 7).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e depósitos bancários (*)	4.033	4.223
	<u>4.033</u>	<u>4.223</u>

5 Títulos e valores mobiliários

Circulante

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	12.489	40.526
Total	<u>12.489</u>	<u>40.526</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 98,16% do CDI em 30 de setembro de 2024 (103,40% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras, sendo que a Companhia revisou o procedimento de aplicação financeira no 2º trimestre de 2024.

Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Conta Reserva (**)	22.874	25.405
Total	<u>22.874</u>	<u>25.405</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 30 de setembro de 2024, a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 97,98% do CDI (99,06% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6 Contas a receber de clientes

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber de clientes	13.915	10.717
Total	<u>13.915</u>	<u>10.717</u>

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos a vencer	10.402	8.066
Títulos vencidos em até 30 dias	264	595
Títulos vencidos em até 90 dias	719	975
Títulos vencidos há mais de 90 dias	2.530	1.081
Total	<u>13.915</u>	<u>10.717</u>

7 Imposto de renda e contribuição social a compensar

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.515	1.957
Total	<u>2.515</u>	<u>1.957</u>

8 Outros tributos a compensar

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS a compensar	3	12
COFINS a compensar	13	56
INSS a recuperar	101	101
Outros impostos	3.562	-
Total	<u>3.720</u>	<u>169</u>

9 Ativo da Concessão

Composição do Ativo da Concessão

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de construção	729.414	672.732
Receita de operação e manutenção	56.030	47.617
Receita de remuneração do ativo de concessão/ Variação Monetária	678.054	585.604
Recebimentos	(436.653)	(377.238)
Total	<u>1.026.845</u>	<u>928.715</u>
Circulante	102.946	99.572
Não circulante	923.899	829.143

Margens de obrigações e performance

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Margem de O&M		
Receita	8.413	8.095
Custos	(7.907)	(7.129)
Margem (R\$)	<u>506</u>	<u>966</u>
Margem Percebida (%)	6%	12%
Margem de Construção		
Margem de Construção		
Receita	56.682	27.954
Custos	(48.567)	(22.905)
Margem (R\$)	<u>8.115</u>	<u>5.049</u>
Margem Percebida (%)	14%	18%

Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>837.193</u>
Receita de construção (*)	27.954
Remuneração do ativo de concessão	87.237
Receita de operação e manutenção	8.095
Recebimentos	(72.231)
Saldo em 30 de setembro de 2023	<u>888.248</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>928.715</u>
Receita de construção (*)	56.682
Remuneração do ativo de concessão	92.450
Receita de operação e manutenção	8.413
Recebimentos	(59.415)
Saldo em 30 de setembro de 2024	<u>1.026.845</u>

(*) Refere-se a um reforço para implementação de novos equipamentos das subestações para aumento da capacidade de transmissão de propriedade das transmissoras para atendimento as demandas de geração. Aprovados através das Resoluções Autorizativas ANEEL conforme mencionado na nota Explicativa 1.1, com a instalação de novos equipamentos para aumento de capacidade de transmissão, conclusão prevista para 2024, nas Subestações de Juazeiro da Bahia, Ourolândia, Morro do Chapéu II, Gentio de Ouro e Açú.

10 Despesas pagas antecipadamente

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Seguros a apropriar (*)	320	200
Total	<u>320</u>	<u>200</u>

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 27.

11 Fornecedores

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores	9.664	1.446
Total	<u>9.664</u>	<u>1.446</u>

12 Encargos sociais e trabalhistas

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários	7	-
Provisão de bônus	128	59
Décimo Terceiro Salário	28	-
Provisão de férias	42	65
Encargos trabalhistas	78	92
Total	<u>283</u>	<u>216</u>

13 Obrigações tributárias

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pis e Cofins	1.792	1.619
ICMS	22	592
ISS de terceiros	134	123
Outros tributos	114	142
Total	<u>2.062</u>	<u>2.476</u>

14 Obrigações regulatórias

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para P&D	865	684
Encargos regulatórios a recolher (*)	90	104
Total	<u>955</u>	<u>788</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

15 Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Instituição financeira	BNDES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	275.752	275.752
Juros e variação monetária	17.918	17.918
Pagamentos Principal	(14.437)	(14.437)
Pagamentos Juros	(15.660)	(15.660)
Saldo em 30 de setembro de 2023	263.573	263.573
Saldo em 31 de dezembro de 2023	320.529	320.529
Captação	31.771	31.771
Juros e variação monetária	22.052	22.052
Pagamentos Principal	(17.044)	(17.044)
Pagamentos Juros	(18.494)	(18.494)
Custo de transação	94	94
Saldo em 30 de setembro de 2024	338.908	338.908
	30/09/2024	31/12/2023
Classificados como:	28.963	23.952
Circulante	309.945	296.577

- (a) Em 6 de setembro de 2017, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do seu projeto, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 310.000. Sobre o contrato de financiamento incide juros médio ponderado de 2,02% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 prestações mensais e sucessivas. A amortização dos subcréditos se iniciaram em 15 de outubro de 2017, e sua liquidação é prevista até 15 de março de 2033. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.
- (b) Em 6 de julho de 2023, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação de Reforços do seu projeto, a Companhia celebrou junto ao BNDES um contrato de longo prazo no montante total de R\$ 31.771. Sobre o contrato de financiamento incide taxa de juros prefixada de 5,49% ao ano, spread do BNDES de 1,50% taxa composta (i) e variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Este financiamento será pago em 133 prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcréditos deram início em 15 de dezembro de 2023, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2034. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 30 de setembro de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	30/09/2024
2025	27.490
2026	27.834
2027	30.813
2028 em diante	223.808
Total	309.945

Garantias

Foram fornecidas garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo V;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída, preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

16 Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Instituição financeira	1ª emissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.018	88.018
Juros e variação monetária	7.518	7.518
Pagamentos Principal	(8.423)	(8.423)
Pagamentos Juros	(5.763)	(5.763)
Saldo em 30 de setembro de 2023	81.350	81.350
Saldo em 31 de dezembro de 2023	83.366	83.366
Juros e variação monetária	6.736	6.736
Pagamentos Principal	(7.596)	(7.596)
Pagamentos Juros	(8.508)	(8.508)
Saldo em 30 de setembro de 2024	73.998	73.998
Classificado como:	30/09/2024	31/12/2023
Circulante	11.972	11.995
Não Circulante	62.026	71.371

Única emissão de debêntures

Em 15 de novembro de 2017, a Argo V realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 89.153, com vencimento em setembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 6,80% a.a. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 30 de setembro de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>30/09/2024</u>
2026	13.317
2027	11.098
2028 em diante	37.611
Total	<u>62.026</u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das Ações de Emissão;
- Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes do Contrato de Concessão; e
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída, preenchida com recursos no valor equivalente a uma prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Administração da Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

17 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC01 (IFRIC 12). A

amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 30 de setembro de 2023 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	77.441
Constituição	11.403
Amortização	(6.681)
Saldos em 30 de setembro de 2023	82.163
Saldos em 31 de dezembro de 2023	85.906
Constituição	44.794
Amortização	(35.716)
Saldos em 30 de setembro de 2024	94.984
Circulante	9.523
Não circulante	85.461

18 Provisões para riscos

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja provável.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Em 30 de setembro de 2024, as reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 456 (R\$ 211 em 31 de dezembro de 2023).

19 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2024, o saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 257 (R\$ 612 em 31 de dezembro de 2023) representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	30/09/2023
		Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo Transmissão de Energia S/A	31/07/2029	257	612	(4.782)	(1.834)
Total		257	612	(4.782)	(1.834)

Remuneração da Administração

Em 30 de setembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 6.826 (R\$ 5.224 em 30 de setembro de 2023), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissão de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	2.354	2.450
Encargos sociais	1.002	1.214
Bônus	3.470	2.558
Total	<u>6.826</u>	<u>6.222</u>

O montante total da remuneração, pago pela Argo Transmissão de Energia S.A., é rateado com a Companhia e as demais empresas do grupo, o montante correspondente a Companhia e reconhecido no resultado referente ao rateio da Remuneração da Administração, no período findo em 30 de setembro de 2024, é de R\$ 431 (R\$ 393 em 30 de setembro de 2023).

20 Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 251.285 dividido em 251.284.711 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	<u>30/09/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	251.284.711	100	251.284.711	100

Reservas de lucros

20.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia destinou R\$ 2.452 para constituição da reserva legal.

20.1.2 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 222/2023, em substituição ao de nº 0142/2018, de reconhecimento do direito ao benefício de redução do IRPJ emitido em 21 de setembro de 2018, foi garantido à Argo V pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia destinou R\$ 2.258 para constituição da reserva de incentivos fiscais.

Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu R\$ 443 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 10.640 a título de dividendos adicionais propostos que foram ratificados pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024.

Em 19 de agosto de 2024, a Companhia aprovou a distribuição de R\$ 10.398 a título de dividendos intermediários e foram ratificados pela Assembleia Geral Extraordinária.

21 Receita líquida

	<u>01/07/2024 A</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/01/2024 A</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/07/2023 A</u> <u>30/09/2023</u>	<u>01/01/2023 A</u> <u>30/09/2023</u>
Receita de construção	11.745	56.682	6.270	27.954
Receita de remuneração do ativo de contrato	28.152	92.450	24.875	87.237
Receita de operação e manutenção	2.876	8.413	2.768	8.095
Parcela Variável e outras deduções	(290)	(501)	(301)	(388)
Outras receitas	19.642	19.367	148	379
Receita bruta	<u>62.125</u>	<u>176.411</u>	<u>33.760</u>	<u>123.277</u>
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(3.030)	(9.077)	(853)	(4.723)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(1.768)	(6.587)	(2.270)	(6.680)
(-) Encargos regulatórios	(366)	(971)	(302)	(930)
Receita líquida	<u>56.961</u>	<u>159.776</u>	<u>30.335</u>	<u>110.944</u>

22 Custos e despesas por natureza

	<u>01/07/2024 A</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/01/2024 A</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/07/2023 A</u> <u>30/09/2023</u>	<u>01/01/2023 A</u> <u>30/09/2023</u>
Serviços de terceiros	(2.277)	(6.571)	(2.497)	(5.602)
Custo de construção	(10.019)	(48.567)	(5.373)	(22.905)
Pessoal	(780)	(3.136)	(1.077)	(2.646)
Arrendamentos e aluguéis	(43)	(137)	(45)	(101)
Depreciação e Amortização	(1)	(2)	-	-
Seguros	(76)	(222)	(180)	(503)
Tributos	(14)	(27)	(7)	(20)
Materiais	(44)	(95)	(151)	(167)
Outros	(12)	(105)	(97)	(193)
Total	<u>(13.266)</u>	<u>(58.862)</u>	<u>(9.427)</u>	<u>(32.137)</u>
Valores alocados a:				
Custos de construção	(10.019)	(48.567)	(5.373)	(22.905)
Custos de operação e manutenção	(2.668)	(7.907)	(3.387)	(7.129)
Despesas gerais e administrativas	(579)	(2.388)	(667)	(2.103)

23 Resultado financeiro

	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024	01/07/2023 A 30/09/2023	01/01/2023 A 30/09/2023
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	1.310	3.609	1.159	3.334
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(61)	(168)	(54)	(155)
Outras receitas financeiras	361	471	3	3
Total	1.610	3.912	1.108	3.182
Despesas financeiras:				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(118)	(634)	(6)	(11)
Juros e variação monetária	(9.569)	(28.788)	(7.582)	(25.436)
Outras despesas financeiras	(251)	(521)	(106)	(2.965)
Total	(9.938)	(29.943)	(7.694)	(28.412)
Resultado financeiro líquido	(8.328)	(26.031)	(6.586)	(25.230)

24 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	30/09/2024	30/09/2023
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	74.883	53.577
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(25.460)	(18.216)
Incentivos Fiscais (*)	4.321	2.570
Bônus Diretores (IRPJ 25%)	(44)	-
Adições e Exclusões Permanentes	(5)	(23)
(+) Outros	(1.568)	18
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(21.827)	(15.000)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(929)	(651)
Alíquota efetiva	30%	29%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.141	(80.553)	(75.412)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(2.846)	-	(2.846)
Contratos de concessão (b)	5.205	(17.359)	(12.154)
Saldos em 30 de setembro de 2023	7.500	(97.912)	(90.412)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.965	(111.671)	(94.706)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	(427)	-	(427)
Contratos de concessão (b)	22.805	(44.205)	(21.400)
Saldos em 30 de setembro de 2024	39.342	(155.876)	(116.533)

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

25 Resultado por ação

	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024	01/07/2023 A 30/09/2023	01/01/2023 A 30/09/2023
Resultado básico por ação				
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	23.719	52.127	10.898	37.926
Denominador:				
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	251.284.711	251.284.711	251.284.711	251.284.711
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,0944	0,2074	0,0434	0,1509

26 Instrumentos financeiros

Hierarquia do valor justo

			Valor Justo		Valor Contábil	
			30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	12.489	40.526	12.489	40.526
Total			30.899	40.526	30.899	40.526
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	4.033	4.223	4.033	4.223
Contas a receber de clientes	6	2	13.915	10.717	13.915	10.717
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	22.874	25.405	22.874	25.405
Total Ativo			40.822	40.345	40.822	40.345
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	11	2	9.664	1.446	9.664	1.446
Contas a pagar - partes relacionadas	21	2	257	612	257	612
Empréstimos e Financiamentos	15	2	338.908	320.529	338.908	320.529
Debêntures	16	2	73.909	81.441	73.998	83.366
Outros passivos		2	5.195	3.985	5.195	3.985
Total Passivo			427.933	408.013	428.022	409.938

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das informações financeiras intermediárias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

26.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das informações financeiras intermediárias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das informações financeiras intermediárias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data finda em 30 de setembro de 2024.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

26.1.2 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 30 de setembro de 2024, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 13.915 (R\$ 10.717 em 31 de dezembro de 2023).

26.1.3 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

26.1.4 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

26.1.5 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 30 de setembro de 2024, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	<u>Próximos 12</u> <u>meses</u>	<u>Entre 13 e 24</u> <u>meses</u>	<u>Entre 25 e 36</u> <u>meses</u>	<u>37 meses em</u> <u>diante</u>
Fornecedores	9.664	-	-	-
Financiamentos	28.963	27.490	27.834	254.621
Debêntures	11.972	13.317	11.098	37.611
Contas a pagar - partes relacionadas	257	-	-	-
Total	50.856	40.807	38.932	292.232

Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 30 de setembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 30 de setembro de 2024, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das informações financeiras intermediárias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,17% ao ano, para o IPCA, é de 3,84% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 30 de setembro de 2024 é de 7,21% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Total</u>	<u>Cenário</u>		
			<u>I</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4.033	450	338	225
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	12.489	1.395	1.046	698
Fundos restritos	Redução do CDI	22.874	2.555	1.916	1.278
Total		39.396	4.400	3.300	2.201
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	338.908	24.435	18.326	12.218
Debêntures	Aumento do IPCA	73.909	2.838	2.129	1.419
Total		412.817	27.273	20.455	13.637

27 Seguros

Em 30 de setembro de 2024, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2025
Seguros - Responsabilidade civil	Fator Seguradora S/A	50.000	07/09/2025

28 Transações não envolvendo caixa

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Compensação de IRPJ	2.638	1.571

29 Eventos subsequentes

A Companhia, em cumprimento ao disposto na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021 em função da eleição do Sr. André Augusto Telles Moreira para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. Alexandre José Marqueti Fontes, que vinha acumulando tal cargo de forma interina, conforme comunicado ao mercado publicado em 31 de janeiro de 2024, passará a exercer de forma exclusiva o cargo de Diretor Operacional da Companhia, para o qual foi reeleito em 31 de janeiro de 2024.

* * *

Simone Borsato
Diretora Financeira e de
Relação com Investidores

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O